

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Aline Stephany Soares Lopes

Mestranda em Gestão do Território pela Universidade de Ponta Grossa (UEPG). Pós-Graduada em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Graduada em Direito pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5400316201131384>. E-mail: alinestephany.torre@gmail.com.

David Harvey, em “Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana”, oferece uma reflexão crítica sobre o impacto do capitalismo na urbanização moderna. A obra, inspirada pelo conceito de direito à cidade, formulado por Henri Lefebvre, propõe uma análise dos centros urbanos como espaços onde as dinâmicas de poder e o capital se manifestam de forma mais evidente. Para Harvey, as cidades são moldadas não apenas por planejadores urbanos, mas principalmente pelas forças do capital, que priorizam o lucro em detrimento das necessidades humanas básicas.

A obra começa com uma análise de como o capitalismo utiliza a urbanização para absorver os excedentes de capital, especialmente em momentos de crise econômica. Harvey destaca o caso de Paris no século XIX, onde as reformas urbanas promovidas por Haussmann foram fundamentais para lidar com a crise de capital e o desemprego. Essas reformas não apenas transformaram a infraestrutura urbana, como também estabilizaram a sociedade ao empregar grandes quantidades de mão de obra, evitando, assim, potenciais revoltos sociais.

Harvey argumenta que essa relação entre urbanização e capitalismo não é exclusiva de Paris, mas uma constante na história dos centros urbanos. Nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, as grandes obras de infraestrutura, como a construção de rodovias e a expansão dos subúrbios, desempenharam um papel crucial na estabilização do capitalismo global. Essas obras não apenas absorveram o excesso de capital, mas também remodelaram o estilo de vida da classe média, criando um novo paradigma de consumo centrado na vida suburbana.

O autor explora de maneira detalhada como o ambiente urbano se torna um reflexo do processo de acumulação capitalista. Para Harvey, as cidades modernas são tanto locais de produção quanto de consumo, moldadas pela necessidade incessante do capital de se expandir. Essa expansão, contudo, não é neutra e aprofunda as desigualdades sociais ao privatizar espaços públicos e reforçar o controle corporativo sobre a vida urbana. A luta pelo direito à cidade, segundo Harvey, não é apenas uma questão de acesso ao espaço urbano, mas também uma resistência à mercantilização desse espaço.

Um dos pontos centrais do livro é a crítica à gentrificação, processo que Harvey descreve como uma forma de violência urbana. A gentrificação, segundo ele, ocorre quando áreas urbanas

250

degradadas são "revitalizadas", mas de maneira que exclui os moradores originais, geralmente de baixa renda, em favor de uma população mais abastada. Para Harvey, esse processo não apenas reflete as desigualdades sociais, mas as exacerba, empurrando os pobres para as periferias e reforçando a segregação social e espacial nos centros urbanos.

Dentro dessa análise, Harvey discute também o conceito de "comuns urbanos", que se refere a espaços e recursos que deveriam ser de uso coletivo, mas que estão sendo progressivamente apropriados pelo capital. Ele argumenta que a proteção e a criação desses bens comuns são essenciais para a construção de centros urbanos mais justos e equitativos. Os comuns urbanos representam, para Harvey, um espaço de resistência contra a mercantilização e a privatização da vida urbana, oferecendo uma alternativa ao modelo capitalista de urbanização.

Além de criticar os espaços urbanos contemporâneos, Harvey propõe caminhos para sua transformação. Ele defende a necessidade de uma revolução urbana, impulsionada por movimentos sociais que reivindiquem o direito à cidade. Segundo Harvey, esses movimentos devem lutar não apenas por reformas dentro do sistema atual, mas por uma mudança radical na forma como os espaços urbanos são concebidos e governados. A urbanização deve ser orientada para atender às necessidades humanas e não apenas para servir aos interesses do capital.

Harvey dedica uma parte significativa de sua obra à análise das lutas urbanas como resposta às crises do capitalismo. Ele argumenta que as revoltas e os movimentos sociais nos centros urbanos são, muitas vezes, reações às contradições do sistema capitalista. As cidades, nesse contexto, tornam-se palcos privilegiados para a contestação social, onde as desigualdades e injustiças se tornam visíveis e, portanto, passíveis de serem desafiadas. Para Harvey, os centros urbanos são onde as crises do capitalismo se manifestam de forma mais aguda e onde a resistência pode ser mais eficaz.

A história das revoltas urbanas é examinada por Harvey como uma sequência de respostas organizadas ao descontentamento com as condições de vida criadas pelo capitalismo. Ele mostra que, em momentos de crise, como em Paris no século XIX ou nos Estados Unidos na década de 1960, os centros urbanos se tornam epicentros de resistência. Essas revoltas refletem o desejo de recuperar a cidade das forças que a moldaram de forma desigual e injusta, e são vistas por Harvey como oportunidades para reimaginar o espaço urbano.

Outro aspecto importante abordado por Harvey é a necessidade de reimaginar o conceito de direito à cidade. Ele sugere que o direito à cidade deve ser entendido como parte de uma luta maior contra o capitalismo. Os movimentos sociais urbanos precisam ampliar suas reivindicações para incluir a transformação estrutural da sociedade. O direito à cidade, para Harvey, não deve ser

apenas o direito de viver na cidade, mas também o direito de participar ativamente de sua criação e governança.

O futuro das cidades, segundo Harvey, depende da capacidade dos movimentos sociais de se organizarem para lutar por uma urbanização que atenda às necessidades humanas e não aos interesses do capital. Ele argumenta que essa luta é central para qualquer projeto de transformação urbana. A revolução urbana que Harvey defende exige uma mudança profunda nas estruturas econômicas e políticas que atualmente governam os espaços urbanos, promovendo uma urbanização orientada para a justiça social e econômica.

Harvey discute também o papel das instituições financeiras e do Estado na urbanização. Ele argumenta que o Estado, em conluio com o capital, desempenha um papel crucial na promoção de projetos urbanísticos que beneficiam a elite, enquanto marginaliza as classes trabalhadoras. Essas ações resultam em uma distribuição desigual dos benefícios da urbanização, onde os ricos se beneficiam de novos desenvolvimentos enquanto os pobres são deslocados e excluídos.

Outro ponto crucial levantado por Harvey é a questão do financiamento da urbanização. Ele analisa como a dívida pública e privada tem sido utilizada para financiar projetos urbanos que muitas vezes não beneficiam a população em geral. Esse financiamento, segundo Harvey, não só perpetua as desigualdades, mas também cria novas formas de exploração, onde os custos da urbanização são transferidos para os mais vulneráveis, enquanto os lucros são privatizados.

Em sua análise, Harvey também critica a visão de que o desenvolvimento urbano é sempre benéfico. Ele argumenta que, muitas vezes, o desenvolvimento urbano promovido pelo capital não atende às necessidades das pessoas, mas sim aos interesses das elites econômicas. Esse tipo de desenvolvimento, segundo Harvey, pode levar à destruição de comunidades e à degradação do meio ambiente, criando cidades que são insustentáveis tanto social quanto ecologicamente.

Harvey conclui que o direito à cidade é inseparável da luta por justiça social. Ele acredita que a transformação urbana só será possível se houver uma mudança fundamental na forma como as cidades são organizadas e governadas. O direito à cidade, para Harvey, é um direito coletivo que deve ser exercido por todos aqueles que vivem na cidade. Ele nos convoca a imaginar e construir centros urbanos que atendam às necessidades de todos, não apenas daqueles que podem pagar por eles.

A obra de Harvey também destaca a importância da participação popular na governança urbana. Ele argumenta que, para criar cidades mais justas, é essencial que todos os cidadãos tenham voz na tomada de decisões sobre o futuro dos centros urbanos. Isso requer uma democratização dos processos de planejamento urbano, onde as decisões não são tomadas apenas por elites econômicas e políticas, mas por todos aqueles que são afetados por elas.

Cidades Rebeldes é, portanto, mais do que uma análise das cidades contemporâneas; é um chamado à ação. Harvey desafia os leitores a repensarem a relação entre urbanização e capitalismo e a se engajarem na luta pelo direito à cidade. Ele alerta que, se não questionarmos as forças que moldam nossos centros urbanos, continuaremos a viver em ambientes cada vez mais desiguais e alienantes. A obra de Harvey é um convite a todos que se preocupam com o futuro das cidades a se engajarem na construção de um mundo mais justo e equitativo.

Por fim, Cidades Rebeldes nos lembra que a luta pelo direito à cidade é, em última análise, uma luta pela democracia. Harvey argumenta que, para criar cidades mais justas, precisamos democratizar o processo de urbanização, garantindo que todos tenham voz na criação dos espaços onde vivem. A luta pelo direito à cidade, portanto, é uma luta pelo direito de todos a participar na construção de uma cidade que reflète suas necessidades e desejos, e não apenas os interesses de uma elite privilegiada.

A obra de Harvey é uma crítica contundente às práticas urbanas contemporâneas, mas também uma esperança de que outra urbanização é possível. Ele nos inspira a pensar em centros urbanos que sejam verdadeiramente democráticos e justos, onde todos possam ter acesso aos bens e serviços que o espaço urbano tem a oferecer. Cidades Rebeldes é um manifesto por um novo urbanismo, que coloca as pessoas no centro das políticas urbanas e rejeita a mercantilização do espaço urbano.

Harvey nos deixa com a reflexão de que o futuro das cidades está em nossas mãos. Se quisermos viver em centros urbanos que atendam às nossas necessidades e não aos interesses do capital, devemos lutar por isso. Devemos nos engajar na luta pelo direito à cidade, organizando-nos em movimentos sociais que possam desafiar o status quo e promover uma urbanização que seja justa e sustentável. Cidades Rebeldes é, em última instância, um apelo à ação para todos que desejam um mundo melhor.